

POLÍTICAS DE SAÚDE MENTAL E A PSICOLOGIA NO AMBIENTE ESCOLAR: REFLEXÕES SOBRE O ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA

*MENTAL HEALTH POLICIES AND PSYCHOLOGY IN THE SCHOOL ENVIRONMENT: REFLECTIONS
ON COPING WITH VIOLENCE*

Edilamar Rodrigues de Jesus e Faria¹

Kellen Cristina Prado da Silva²

RESUMO: O presente trabalho tem como tema geral o recrudescimento da violência nas escolas públicas. O ambiente escolar deveria encontrar condições para o exercício pleno da cidadania. Mas o que levou a essa distorção nas expectativas acerca da escola? Como a Psicologia pode colaborar nesse ambiente? Quais as normativas que garantem essas iniciativas de democratização e humanização no ambiente escolar? Os objetivos desse estudo são identificar as políticas públicas de promoção da saúde mental nas escolas; compreender as limitações dessas políticas no contexto atual e apresentar possibilidades de enfrentamento às limitações apresentadas. Neste trabalho, consideramos o contexto pós-pandêmico da educação pública brasileira, marcado não apenas por um período de grandes perdas e extenso luto, que deixou profundas consequências na saúde mental dos estudantes, mas também por um aumento assustador de ataques violentos, realizados por estudantes, com armas de fogo e outros artefatos em escolas. Trata-se de uma pesquisa qualitativa com busca bibliográfica, enfatizando as normativas que regem as políticas públicas de enfrentamento à violência nas escolas públicas, bem como artigos disponíveis no Portal de Periódicos Capes, sobre a temática. Por fim, o trabalho destaca o papel do psicólogo nas escolas públicas e sugere o uso de psicologia de grupos como uma abordagem humanizada e econômica para atender à alta demanda dos estudantes. A interação mediada pela psicologia pode contribuir para a construção de escolas democráticas, humanizadas, focadas na paz, emancipação, diversidade e saúde mental.

Palavras-chave: Políticas Públicas de Saúde Mental, Psicologia Educacional, Grupos terapêuticos.

ABSTRACT: The general theme of this work is the resurgence of violence in public schools. The school environment should find conditions for the full exercise of citizenship. But what led to this distortion in expectations about school? How can Psychology collaborate in this environment? What regulations guarantee these democratization and humanization initiatives in the school environment? The objectives of this study are to identify public policies to promote mental health in schools; understand the limitations of these policies in the current context and present possibilities for coping with the limitations presented. In this work, we consider the post-pandemic context of Brazilian public education, marked not only by a period of great losses and extensive mourning, which left profound consequences on the mental health of students, but also by a frightening increase in violent attacks, carried out by students, with firearms and other artifacts in schools. This is a qualitative research with bibliographical search, emphasizing the regulations that govern public policies to combat violence in public schools, as well as articles available on the Capes Periodicals Portal, on the subject. Finally, the work highlights the role of the psychologist in public schools and suggests the use of group

¹ Psicóloga clínica e hospitalar, licenciada em História pela Universidade Estadual de Goiás - UEG (2000); Bacharel Psicologia - Anhanguera Educacional (2013). Especialista em Psicologia da Saúde e Hospitalar pela ACCG/IEP (2014). Pedagoga pela FUNPAC (2015). Bacharel em Direito na Faculdade Raízes da Universidade Evangélica de Goiás, UniEvangélica, Goiás, Brasil (2020). Pesquisa trajetórias de Mulheres em situação de vulnerabilidade social desde 2014, tendo este sido o tema de sua dissertação de Mestrado em Ciências Ambientais pelo Programa de Pós-Graduação em Sociedade Políticas Públicas e Meio Ambiente -PPSTMA - Centro Universitário de Anápolis, Goiás, Brasil (2016) e de sua tese de Doutorado em Educação, pela Escola de Formação de Professores e Humanidades- EFPH, Programa de Pós-Graduação em Educação- PPGE, Pontifícia Universidade Católica de Goiás - PUC-GO (2021).

² Graduada em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás (2000) e mestrado em Educação pela Universidade Federal de Goiás (2004). É Professora da Faculdade de Educação da UFG e coordenadora do Núcleo de Estudos Africanos, Afrodescendentes e Indígenas (NEADI) da UFG. Tem experiência nas áreas de Educação, Psicologia e História, atuando principalmente nos seguintes temas: Psicologia e Educação, Educação a distância, Cooperação educacional Brasil-África, História dos estudos africanos no Brasil, Educação das Relações Étnico-raciais.

psychology as a humanized and economical approach to meet the high demand of students. Interaction mediated by psychology can contribute to the construction of democratic, humanized schools, focused on peace, emancipation, diversity and mental health.

Keywords: Public Mental Health Policies, Educational Psychology, Therapeutic groups.

Introdução

O presente trabalho tem como objetivo identificar as políticas públicas de promoção da saúde mental nas escolas públicas; compreender as limitações dessas políticas no contexto atual e apresentar possibilidades de enfrentamento às limitações apresentadas. Em função do recrudescimento da violência nas escolas, evidenciado por ataques, chacinas, bullying, denotando um número muito elevado de pessoas adoecidas, sem lugar de acolhimento, entende-se necessária a promoção de mobilização social por segurança e saúde mental.

Neste estudo, o processo saúde-doença é entendido como um fenômeno coletivo, o objeto de estudo não partiria apenas do indivíduo, mas sim do grupo, passando de um ‘fator social’ para um ‘processo social’ (GARBOIS, 2017). Tendo como base dessa afirmação, a publicação do Centro de Estudos Brasileiros de Saúde (Cebes), que propôs repensar a determinação social da saúde, assentados na teoria marxista. Em 2005, a OMS adotou o modelo de Göran Dahlgren e Margaret Whitehead para abordar os Determinantes Sociais da Saúde (DSS), que estruturam esses fatores em camadas, indo desde condições gerais socioeconômicas, culturais e ambientais até características pessoais próximas ao indivíduo, como idade e sexo.

Os macrodeterminantes desse modelo incluem redes comunitárias e de apoio, comportamento e estilos de vida individuais, condições de vida e trabalho, disponibilidade de alimentos e acesso a ambientes e serviços essenciais. No entanto, a abordagem da OMS sobre os DSS tem sido criticada, principalmente em debates na saúde coletiva e medicina social latino-americana. Essas críticas se concentram na diferença entre os Determinantes Sociais da Saúde e a Determinação Social do processo saúde-doença a partir de um entendimento crítico e sócio-histórico.

Assim, a expressão ‘determinantes sociais’ conotaria preconceito cientificista, de que os fenômenos da saúde se devem a causalidade em sentido estrito e não ‘múltiplas determinações’. Entende-se que os estudos de determinação social da saúde devem envolver a caracterização da saúde e da doença mediante fenômenos, de modo aristotélico, que são próprios dos modos de convivência do homem, trabalhador que desfruta da vida compartilhada com os outros, um ente político, que habita a pólis (AMARANTE; TORRE, 2010).

Vale ressaltar que o presente estudo considera o contexto pós-pandêmico da educação pública no Brasil, marcado por perdas, luto e um aumento de ataques violentos nas escolas. Assim, busca-se

compreender a realidade educacional a partir de uma abordagem científica que investiga as problemáticas nas relações humanas com a realidade, que é o Método Materialista Histórico-Dialético, MHD (SAVIANI, 1991). O MHD envolve o movimento do pensamento, partindo da materialidade histórica da vida social, para descobrir as leis fundamentais que moldam a organização da sociedade. Para interpretar a realidade, o MHD incorpora duas lógicas, o princípio da contradição e a lógica formal como ferramenta para construir e refletir sobre o pensamento concreto.

Por se tratar de uma pesquisa qualitativa, utilizou-se análise documental de políticas públicas de enfrentamento à violência nas escolas, bem como artigos disponíveis no Portal de Periódicos da Capes. Propõe uma forma de trabalho com grupos terapêuticos com rodas de conversa nas escolas como uma ferramenta de baixo custo para atender a alta demanda por apoio psicológico entre os estudantes. Utilizando de uma compreensão crítica do sistema escolar e sua influência na produção e reprodução de valores e concepções sociais que repercute no recrudescimento da violência.

Entende-se que a psicologia na escola pública vem ao encontro da necessidade da comunidade escolar, como um elemento auxiliar na produção e reprodução de valores e concepções que interessam a determinado segmento social.

O locus dessa análise é o ambiente escolar, que enquanto instituição social, era considerada como capaz de minimizar as diferenças de origem e oferecer oportunidades para os indivíduos em uma sociedade justa, conforme previsto na Constituição Federal de 1988 e a LDB de 1996, onde se deveria encontrar condições próprias para conclusão de etapas, na idade certa, com nível de aprendizagem satisfatório para o exercício pleno da cidadania, ter um cotidiano saudável e inserir na vida profissional. Mas o que levou a essa distorção nas expectativas acerca da escola? Quais as normativas que garantem essas iniciativas de democratização e humanização no ambiente escolar? Como a Psicologia pode colaborar nesse ambiente?

A complexidade da realidade brasileira apresenta muitos desafios a serem superados a fim de se construir uma sociedade humana, justa e solidária. A realidade abarca desigualdades educacionais marcadas socioeconomicamente de cor/raça, gênero e território. Além disso o racismo, bullying, a discriminação afeta crianças e adolescentes pertencentes a grupos historicamente marginalizados, como mulheres, negros, indígenas, imigrantes e membros da comunidade LGBTQUIA+ no ambiente escolar.

Esses problemas têm raízes profundas e estão relacionados a um modelo de organização social, onde a violência simbólica e a falta de representatividade exacerbam a desigualdade social, mesmo com garantias de direitos. Além disso, a educação não existe de forma isolada, mas é

influenciada por políticas públicas, o sistema de produção e acúmulo de capital, relações de trabalho, padrões de consumo e estilo de vida.

Alguns desses elementos destacados por Bourdieu (2002), em *A dominação masculina*, podem ser relacionados com o modelo aprendido de organização social evidenciados nas escolas, e ainda a manifestação do nível simbólico da violência, tratada como superioridade sobre grupos com pouca representatividade nos espaços sociais, mas que compõem a diversidade social, com garantias de direitos, mesmo com suas ações transfiguradas de forma empobrecida e desvalorizada.

Hannah Arendt enfatiza a importância da “cidadania ativa” (1999, p. 16), como um conceito ligado à educação, que implica a participação consciente dos cidadãos em uma comunidade politicamente organizada, com a capacidade de se sustentar e se emancipar. Em resumo, a realidade brasileira é complexa, com desigualdades educacionais e sociais profundas, e a educação está interligada a uma série de outros fatores sociais e políticos que precisam ser considerados para promover uma sociedade mais justa e solidária politicamente organizada, na qualidade de cidadão participativo, consciente, com condições para se manter, sustentar, emancipar.

A importância do ideal de emancipação na Educação, notando sua conexão com a *Pedagogia do Oprimido*, de Paulo Freire (1987), essa pedagogia busca a libertação dos oprimidos (e opressor) e a transformação social, promovendo a conscientização crítica e a participação ativa de educadores e educandos em um diálogo igualitário, em condições para aprender e ensinar, tendo suas raízes democráticas na educação popular. Segundo Silva, Fontoura e Silva (2022), a relevância da educação popular no Brasil, que teve destaque nas décadas de 50 e 60, promovendo o diálogo, o confronto de ideias e a produção de conhecimento, bem como a valorização da cultura popular e das raízes identitárias.

O contexto brasileiro é descrito como marcado por uma história de violência, colonização, ditadura militar e desafios sociais, que moldaram a psicologia e a educação popular no país. Atestado nos movimentos populares basilares no processo de redemocratização, por meio das *Diretas Já*, da Constituinte e na Constituição de 1988, também conhecida como a Constituição Cidadã brasileira.

Enfatiza-se a importância da emancipação, da educação crítica e do diálogo igualitário na transformação social, bem como destaca a influência da cultura popular e da história brasileira na educação e na psicologia. Essa proposta de análise que dialoga com a Psicologia Libertária de Ignacio Martín-Baró (1942-1989), quem apoiou movimentos de mudança social em El Salvador e os limites do avanço da consciência, dada a complexa relação entre objetividade e subjetividade.

A história da luta no Brasil, desde a colonização até os eventos mais recentes, destaca a transição da escravidão para o império, a independência e a subsequente formação de uma elite

oligárquica. Menciona também o golpe de estado que estabeleceu a República, seguido por outros golpes e períodos de violência.

Destaca-se o período de 1930, quando Anísio Teixeira promoveu a ideia de uma escola pública laica, gratuita e de qualidade, durante o Estado Novo (1937-1945). Em seguida, o retrocesso decorrente do Golpe Militar de 1964, embora tenha havido avanços progressistas e movimentos populares entre os anos de 1974 a 1985, que tiveram impacto na educação pública. Ressalta o breve período de redemocratização e consolidação democrática até meados de 2016, marcado por desafios e ameaças ao *status quo* das elites, ameaças ao jugo do patriarcado branco, que ocasionou outro golpe de Estado, pois em 130 anos de República, uma mulher assentou no lugar de poder e foi arrancada de lá. A escola, especialmente a pública, desempenhou um papel importante como mediadora social contra a violência estrutural³, caracterizada pela restrição do acesso aos direitos básicos devido a fatores econômicos, sociais e políticos.

A pandemia e os retrocessos políticos trouxeram grandes transformações sociais e uma maior necessidade de apoio psicológico. No entanto, o sistema educacional foi afetado não apenas pela interrupção das aulas presenciais, mas também por fatores políticos e governamentais. Isso inclui a disseminação de discursos de ódio, *fake news* e negacionismo científico por autoridades, o que levou a um aumento da violência e ao distanciamento dos vínculos entre alunos e professores. Ataques com armas de fogo em escolas também contribuíram para o aumento do nível de violência nas instituições de ensino.

Contexto da violência nas escolas

A questão da violência nas escolas é um tema de extrema relevância em um contexto educacional. Trata-se de uma questão multifacetada que engloba diferentes manifestações, desde o bullying até casos extremos de violência física e tiroteios. A violência nas escolas pode ser direcionada tanto de aluno para aluno quanto de aluno para professor, além de envolver conflitos familiares que se refletem no ambiente escolar. Essa realidade pode ter consequências graves para a saúde mental dos envolvidos, impactando o desenvolvimento educacional e social dos estudantes e gerando um clima de insegurança nas escolas.

³ Como exemplo de violência estrutural, cita-se dados do Censo Escolar do Inep (2015-2021), quase 1,1 milhão de crianças e adolescentes em idade escolar obrigatória fora da escola, dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad, 2019), apontam que 70% são pretas, pardas e indígenas; mais de 2 milhões de estudantes reprovaram (quase 8% do total de matrículas). As populações residentes em áreas de assentamentos, quilombolas ou terras indígenas, reprovam acima da média nacional (CENÁRIO DA EXCLUSÃO; ENFRENTAMENTO DA CULTURA DO FRACASSO ESCOLAR, UNICEF; CENPENC, 2021).

Para lidar com essa problemática, é fundamental entender as origens e os determinantes da violência nas escolas. Ela não surge do nada, mas tem raízes em questões sociais, familiares e individuais. Fatores como desigualdade socioeconômica, acesso limitado a oportunidades educacionais de qualidade, falta de suporte familiar, problemas de saúde mental não tratados e a exposição à violência na comunidade podem contribuir para o aumento da violência nas escolas.

Nesse contexto, políticas públicas de promoção da saúde mental nas escolas desempenham um papel crucial. No entanto, essas políticas muitas vezes enfrentam desafios significativos, como falta de recursos, formação inadequada dos profissionais da educação e falta de integração com outros serviços de saúde mental.

A partir desse ponto, este estudo se propõe a analisar as políticas públicas existentes e suas limitações, bem como apresentar possíveis estratégias de enfrentamento às lacunas identificadas. Além disso, discutirá a importância da atuação da psicologia nas escolas como parte integrante da promoção da saúde mental dos estudantes, propondo a implementação de grupos terapêuticos e rodas de conversa como alternativas acessíveis e eficazes para abordar as necessidades emocionais dos alunos.

Por fim, o estudo buscará uma análise crítica do sistema educacional e sua influência na produção e reprodução de valores que podem contribuir para o recrudescimento da violência nas escolas, tendo como base teórica o pensamento de Martín-Baró (2017) em *Crítica e libertação na Psicologia: estudos psicossociais*, no livro a inspiração ética e política derivada de Martín-Baró e destaca a importância de seu legado na criação de práticas comprometidas com as preocupações populares.

No Brasil, esse legado envolve a construção de uma psicologia centrada nas pessoas e em suas realidades, incentivando a produção de práticas e pesquisas que busquem compreender e abordar a violência. Observa que a violência, de acordo com Baró⁴, pode ser ideologicamente racionalizada e usada para confrontar os interesses sociais. Isso pode levar a uma polarização e à perda de valores comuns, resultando em um clima de tensão emocional na sociedade. A mentira, a omissão de opinião, o medo e a insegurança se tornam prevalentes, o que leva a um pensamento equivocado de que a violência é a única resposta (MARTÍN-BARÓ, 2017).

⁴ Martín-Baró (2017), utilizou conceitos como “complexo de macho” (recorrendo às interpretações psicanalíticas) e “dissonância cognitiva” (crenças incoerentes com fatos históricos, contrário de consistência, destacado por Leon Festinger, Henry Riencken e Satanley Schachter, em *When Profhecy fails*, 1956), para explicar os processos psicológicos perpetradores da violência, entendendo como uma das consequências que o capitalismo produz, como dependência, passividade, individualismo (MARTÍN-BARÓ, 2017, p. 13).

A violência está cada vez mais presente no ambiente escolar dos brasileiros, onde se deveria haver um ambiente saudável e democrático, para debates e conflitos de ideias. A violência no ambiente escolar é resultado de relações interpessoais caracterizadas pela opressão, intimidação, medo e terror, e vai além da violência física, incluindo a chamada violência simbólica.

Deve-se considerar que a violência é um fenômeno complexo e multideterminado que se encontra presente de forma sistemática em sociedades de extremas desigualdades econômicas e sociais. A violência refere-se a um campo de disputas, opressão, intimidação, medo, terror, brutalidade física e/ou psicológica contra o outro. Quando o evento ocorre no ambiente escolar, trata-se de violência escolar. Segundo Paula e Silva; Salles (2010), a violência é caracterizada por relações interpessoais descritas como de opressão, intimidação, medo e terror, que vai além do plano físico, manifestado por signos, preconceitos, metáforas, desenhos, por qualquer forma que deixe a interpretação como aviso de ameaça, a chamada violência simbólica.

A violência simbólica, inaugurada por Bourdieu (2001b) é invisível, utiliza símbolos de comunicação, exercida pelo corpo sem a coação física, resultando em danos morais e psicológicos, resulta em uma coerção acordada entre dominado e dominante. Na escola pode ocorrer por uma imposição cultural que reproduz estruturas de poder econômico ou social.

De acordo com o Relatório de transição do governo federal, *O extremismo de direita entre adolescentes e jovens no Brasil: ataques às escolas e alternativas para a ação governamental* organizado por Daniel Cara (2022), no Brasil os ataques iniciaram na primeira década dos anos 2000, somando 16 ataques (sendo 4 no segundo semestre de 2022), com 35 vítimas fatais, 72 feridos. Os casos de armas de fogo praticados por ex-alunos vítimas de bullying e exposições prolongadas a processos violentos (negligência e autoritarismo parental, conteúdo em redes sociais ou jogos online).

Para Oliveira; Dutra e Ludgero (2023), com a pandemia de Covid-19⁵ se tornou ainda mais relevante desenhar estratégias para prevenir a violência em escolas. Há indicativos de que a retomada das aulas presenciais evidenciou os danos à saúde mental de estudantes e adultos, fato aliado ao acirramento das desigualdades econômicas e escolares, criou condições favoráveis para o agravamento da violência. Essa crise avançou para além dos limites sanitários e geográficos, ela invadiu os espaços sociais e promoveu perdas irreparáveis.

A Covid-19 teve e tem grande influência na nossa forma de pensar o mundo e as relações humanas, principalmente no espaço escolar. Onde, muito além de educar, se destacou como garantia

⁵ Em dezembro de 2019, a grave crise sanitária da Covid-19, doença provocada pelo novo vírus denominado SARS-CoV-2, Síndrome Respiratória Aguda Grave, com alto nível de contágio e potencialidade de morte. O surto iniciado na China espalhou pelo mundo, chegou ao Brasil em fevereiro e em 11 de março foi classificada como pandemia 2020 (ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE, 2020).

de uma rotina da família e do aluno, também a importância da interação com os professores e demais alunos, tanto no processo de aprendizagem, como interação social e nas trocas afetivas. Pesquisa realizada pela Fiocruz no Brasil, identificou que grande parte da população brasileira apresentou problemas no estado de ânimo 40% se sentiram tristes ou deprimidos e 54% se sentiram ansiosos ou nervosos frequentemente. E os percentuais foram ainda maiores entre adultos jovens (na faixa de 18 a 29 anos): 54% e 70%, respectivamente (FIOCRUZ, 21/05/2020).

O Brasil tem enfrentado ataques às escolas, em que jovens estão envolvidos em atos violentos. Esses ataques estão relacionados ao extremismo de direita e ao discurso reacionário que está em ascensão no país. O autor argumenta que a escola deve ser um espaço de liberdade, criação e criatividade, protegido contra ameaças e interferências externas, onde os princípios constitucionais possam ser preservados para a formação de cidadãos preparados para viver em uma sociedade diversa e inclusiva (CARA, 2022).

Necessidade de apoio psicossocial nas escolas

A necessidade de apoio psicossocial nas escolas está respaldada pelo Artigo 53 da Lei nº 8.069 de 1990 (BRASIL, 1990), conhecida como o Estatuto da Criança e do Adolescente. Essa lei estabelece o direito à educação das crianças e adolescentes, visando ao pleno desenvolvimento de suas personalidades, preparando-os para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho. Além disso, a Lei nº 13.935/2019 prevê a presença de psicólogos e assistentes sociais nas redes públicas de educação básica, com o objetivo de atender às necessidades educacionais e promover a qualidade do ensino e das relações sociais e institucionais.

Observa-se que a implementação dessa lei ainda não é uma realidade em muitas escolas públicas, devido a preocupações com custos e à falta de reconhecimento da importância da psicologia no planejamento educacional. O texto destaca a responsabilidade compartilhada da família, comunidade, poder público e sociedade em garantir os direitos das crianças e adolescentes, conforme o Estatuto da Criança e do Adolescente e a Constituição Brasileira. A cultura da paz nas escolas e a Lei Antibullying são mencionadas como parte dos esforços para criar um ambiente escolar seguro e saudável. A presença de psicólogos e assistentes sociais nas escolas é vista como essencial para mediar as relações sociais e institucionais, bem como melhorar a qualidade do processo de ensino-aprendizagem. O que ressalta a importância da psicologia escolar na análise do sistema educacional e na formação de valores sociais.

As redes públicas de educação básica contarão com serviços de psicologia e de serviço social para atender às necessidades e prioridades definidas pelas políticas de educação, por meio de equipes

multiprofissionais. Essas equipes deverão desenvolver ações para melhoria da qualidade do processo de ensino-aprendizagem, com a participação da comunidade escolar, atuando na mediação das relações sociais e institucionais. Essa demanda já era preocupação do Conselho Federal de Psicologia (CFP), que em agosto de 2019 editou as *Novas Referências Técnicas para a Atuação de Psicólogas(os) na Educação Básica* (CFP, 2019) e no ano seguinte, o CFP (2020) publicou um documento de orientações para a *Regulamentação da Lei 13.935/2019*. Esses documentos servem como orientação para a atuação da(o) psicóloga(o) no âmbito da educação e podem auxiliar como subsídio para a regulamentação da lei nos estados e municípios.

Observa que a psicologia na rede pública de ensino ainda não é uma realidade nas escolas do país, e a profissão não é considerada como elemento essencial no Projeto Político Pedagógico (PPP) das escolas públicas. Com enfatize na importância de se reconhecer o papel fundamental da psicologia na educação e seu potencial para contribuir efetivamente para a qualidade da educação e o bem-estar dos alunos e da comunidade educativa.

Políticas públicas de promoção da saúde mental nas escolas e suas limitações

O Brasil tem buscado implementar políticas públicas voltadas para a promoção da saúde mental nas escolas, reconhecendo a importância de abordar esse aspecto no contexto educacional. Diversos programas e ações têm sido desenvolvidos com o objetivo de apoiar a saúde emocional dos estudantes e criar ambientes escolares mais seguros e acolhedores. Um exemplo notável é o Programa Saúde na Escola (PSE), que é uma parceria entre os Ministérios da Saúde e da Educação.

O PSE foi instituído pelo Decreto Presidencial nº 6.286/2007, surgiu como uma política intersetorial entre os Ministérios da Saúde e da Educação, na perspectiva da atenção integral (prevenção, promoção, atenção e formação) à saúde de crianças, adolescentes, jovens e adultos do ensino público. Tem como um de seus eixos a promoção da saúde mental e, através de equipes multidisciplinares, busca identificar situações de risco, realizar ações preventivas e encaminhar os alunos para serviços especializados quando necessário. Além disso, o programa prevê a capacitação de profissionais da educação para lidar com questões de saúde mental.

A Política Nacional de Saúde Mental no Brasil representa um marco importante na transformação do tratamento de questões relacionadas à saúde mental, principalmente no que se refere à desinstitucionalização dos pacientes e à promoção de abordagens comunitárias. Esse movimento social e político, conhecido como o Movimento da Luta Antimanicomial, surgiu na década de 1980 e foi influenciado pela luta pelos direitos humanos, especialmente no contexto de combate à ditadura militar no Brasil.

A Lei nº 10.216, também chamada de Lei da Reforma Psiquiátrica, promulgada em 2001, consolidou as bases para a transformação do sistema de saúde mental no país, estabelecendo diretrizes importantes, como a substituição progressiva dos hospitais psiquiátricos por serviços comunitários e a promoção do tratamento em liberdade. O Decreto Presidencial nº 7.508/2011 fortaleceu a Rede de Atenção Psicossocial (RAPS), com a criação de Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), Serviços de Atenção Básica Residenciais Terapêuticos (SRT), Centros de Convivência (CECOS) e outras iniciativas relacionadas à saúde mental. Isso representou um avanço na oferta de serviços de saúde mental e na integração desses serviços com outras áreas da saúde e serviços sociais.

O Programa Saúde na Escola (PSE) desempenha um papel fundamental na promoção da saúde mental de crianças e adolescentes, pois promove a colaboração entre as redes de saúde e educação. Ele estabelece uma corresponsabilidade na implementação de ações que abordam diversas dimensões do bem-estar dos estudantes no ambiente escolar, incluindo saúde ambiental, promoção da atividade física, alimentação saudável, prevenção da violência e outros temas relevantes.

A “Avaliação Psicossocial” dos estudantes, envolvendo uma análise interdisciplinar com a participação das famílias e a atualização de registros civis, destaca a importância de abordar a saúde mental das crianças e adolescentes de forma holística. Isso evita a padronização do comportamento dos alunos e o uso excessivo de medicamentos. A colaboração entre profissionais de saúde e educação é fundamental para entender o contexto de cada aluno na escola e na família, desenvolver projetos terapêuticos individuais e fortalecer os laços entre a escola, as famílias e os serviços de saúde. Essa abordagem centrada no aluno e em sua saúde mental é crucial para promover um ambiente escolar mais saudável e acolhedor.

No entanto, apesar dos esforços e iniciativas, as políticas públicas de promoção da saúde mental nas escolas enfrentam diversas limitações que dificultam sua eficácia. Entre as principais limitações, destacam-se: Falta de Recursos Financeiros e Estruturais; muitas escolas públicas no Brasil enfrentam carência de recursos financeiros e estruturais. A falta de verbas dificulta a implementação efetiva de programas de promoção da saúde mental. A ausência de profissionais capacitados, como psicólogos, assistentes sociais e psicopedagogos, nas escolas é uma barreira significativa.

Formação Inadequada dos Profissionais da Educação, que muitas vezes não inclui preparação para lidar com questões de saúde mental. A falta de conhecimento e habilidades nessa área pode resultar em abordagens inadequadas ou negligência das necessidades emocionais dos alunos. Falta de Integração entre os sistemas de Saúde e de Educação, essa fragmentação entre os sistemas dificulta a integração de serviços, muitas vezes, o encaminhamento de estudantes para apoio psicológico

externo não é eficaz, e a comunicação entre as diferentes esferas de atendimento de saúde mental é falha.

Ainda, os desafios na identificação e acompanhamento de casos, que envolve identificar estudantes que estão enfrentando problemas de saúde mental e acompanhar seu progresso é um desafio. Muitos casos passam despercebidos, ou os alunos podem resistir a buscar ajuda devido ao estigma associado à saúde mental. E ainda a abordagem paliativa, pois muitas políticas públicas adotam esse modelo de abordagem, focando na intervenção após o surgimento de problemas. É fundamental que haja um equilíbrio entre medidas preventivas e ações corretivas.

Estratégias para enfrentar as limitações e promover a saúde mental nas escolas

Destaca-se a importância da atuação da Psicologia nas Escolas, por desempenhar um papel fundamental na promoção da saúde mental dos estudantes. Psicólogos escolares são profissionais capacitados para identificar e lidar com questões emocionais e comportamentais dos alunos. Eles podem oferecer apoio individual, realizar avaliações psicológicas e desenvolver estratégias de intervenção. Além disso, a presença de psicólogos nas escolas contribui para a criação de um ambiente mais acolhedor e seguro.

A promoção da saúde mental de crianças e adolescentes é de extrema importância, especialmente em um contexto de desafios como a pandemia, que impactou esses grupos de diversas maneiras, incluindo o aumento da violência, problemas de aprendizagem e evasão escolar. A escola desempenha um papel central nesse processo, sendo um ambiente onde a saúde mental pode ser cuidada e promovida (IEPS, 2023).

A agenda proposta, que envolve a melhoria do Sistema Único de Saúde (SUS) por meio da Agenda Mais SUS, bem como o avanço do debate público sobre saúde mental, é fundamental para fornecer políticas concretas nesse sentido. A educação desempenha um papel crucial na promoção da compreensão, tolerância e amizade entre nações e grupos diversos, contribuindo para a manutenção da paz.

É uma perspectiva que também se alinha com os princípios éticos da Psicologia, que preza pelo respeito aos direitos humanos e à dignidade das pessoas. A atuação da Psicologia na Educação é guiada pelos princípios éticos do Código de Ética do Psicólogo, que incluem o respeito à liberdade, dignidade, igualdade e integridade do ser humano. Iniciativas como as Referências Técnicas para a Atuação de Psicólogas(os) na Educação Básica e as contribuições da Psicologia para a Conferência Nacional de Educação demonstram o comprometimento da Psicologia com a melhoria do ambiente educacional.

A Nota Técnica Nº 8/23, que aborda a atuação da Psicologia na prevenção e enfrentamento da violência nas escolas, reafirma o compromisso do Conselho Federal de Psicologia com a escola pública de qualidade e segura, protegendo as crianças e jovens. As diretrizes apresentadas na nota técnica, divididas por tópicos como prevenção, integração à rede de proteção, atuação do psicólogo escolar e respostas em situações de crise, demonstram o papel importante do psicólogo escolar na promoção de um ambiente escolar saudável e seguro.

A Resolução do CFP n. 23, de 2022, que orienta a atuação da psicóloga escolar, enfatiza a importância da atuação do psicólogo na promoção de ações que auxiliem na integração entre família, educandos e escola, bem como na superação de estigmas que possam afetar o desempenho escolar dos educandos. Isso envolve a colaboração com equipes educacionais e a compreensão das raízes da violência, buscando uma atuação interdisciplinar e a integração com a assistência integral à saúde.

Essas ações e diretrizes representam um compromisso com a promoção da saúde mental e a criação de ambientes escolares mais acolhedores e seguros, que beneficiarão crianças, adolescentes e toda a comunidade escolar.

A Resolução do CFP n. 23, de 2022, a qual orienta:

[...]a psicóloga escolar atua nas ações e projetos de enfrentamento dos preconceitos e da violência na escola, orientando as equipes educacionais na promoção de ações que auxiliem na integração entre família, educando e escola, e nas ações necessárias à superação de estigmas que comprometam o desempenho escolar dos educandos (CFP, 2022, p. 10).

Essa normativa propõe e implementa a intervenção de psicólogos junto às equipes das instituições de ensino para realizarem os objetivos da educação, em busca da qualidade de vida da comunidade escolar. Integrando os saberes teóricos e metodológicos específicos para acolher, orientação no ambiente escolar, além de buscar compreender as raízes da violência, bem como a intersetorialidade com a assistência integral, com segurança de rendimento, autonomia, convívio familiar e comunitário.

Grupos terapêuticos e rodas de conversa como estratégias acessíveis

Um grupo terapêutico pode ser um ambiente seguro onde os membros se beneficiam da pertença. Através da interação e aceitação, as pessoas podem desenvolver-se de maneira livre e segura, pode ser um ambiente onde os membros se beneficiam da pertença. Através da interação e aceitação, as pessoas podem desenvolver-se de maneira livre e segura para os alunos expressarem suas emoções, compartilharem experiências e receberem apoio de colegas e profissionais.

Os grupos terapêuticos podem abordar temas como ansiedade, bullying, autoestima, habilidades sociais e resolução de conflitos. Essas atividades são conduzidas por profissionais da psicologia, assistentes sociais ou outros especialistas em saúde mental. Além de promover a saúde emocional, os grupos terapêuticos e rodas de conversa também contribuem para o fortalecimento das relações interpessoais e a construção de um ambiente escolar mais empático e inclusivo.

Para lidar de maneira eficaz com a violência nas escolas e promover a saúde mental dos estudantes, é fundamental realizar uma análise crítica do sistema educacional. Isso envolve questionar as estruturas, práticas e valores que permeiam as escolas. É necessário repensar o sistema de avaliação, a pressão acadêmica, as relações de poder e as desigualdades que podem contribuir para o surgimento de problemas de saúde mental.

Além disso, é fundamental envolver a comunidade escolar, incluindo alunos, pais, professores e gestores, na construção de um ambiente escolar mais saudável e acolhedor. A participação ativa de todos os envolvidos é essencial para a criação de políticas e práticas que atendam às necessidades emocionais dos estudantes.

As políticas públicas de promoção da saúde mental nas escolas desempenham um papel crucial na prevenção e enfrentamento da violência e na promoção do bem-estar dos estudantes. No entanto, essas políticas enfrentam desafios significativos, como falta de recursos, formação inadequada e falta de integração de serviços. Para superar essas limitações, é fundamental promover a atuação da psicologia nas escolas, implementar grupos terapêuticos e rodas de conversa e realizar uma análise crítica do sistema educacional. Ao adotar abordagens multidisciplinares e promover uma cultura de respeito à saúde mental nas escolas, é possível criar ambientes educacionais mais inclusivos, onde os alunos se sintam seguros, apoiados e capacitados para enfrentar os desafios emocionais e sociais que possam surgir.

A promoção da saúde mental não deve se limitar apenas às escolas. Ela deve começar desde o início da vida. Incentivar a educação emocional nas famílias e nas creches é igualmente fundamental. Os pais desempenham um papel significativo na promoção da saúde mental de seus filhos. Eles devem ser informados sobre a importância do diálogo aberto, do apoio emocional e da criação de ambientes seguros em casa.

As mídias sociais impactam na saúde mental dos jovens é uma preocupação crescente e deve estar associada às Políticas Públicas que podem se estender a regulamentações e estratégias para minimizar os efeitos negativos das mídias sociais na saúde mental dos alunos. Isso pode incluir campanhas de conscientização sobre o uso saudável das redes sociais e a promoção de habilidades digitais para discernir informações e combater o cyberbullying.

Importância do Acompanhamento e Avaliação Contínua por meio de implementação de políticas de promoção da saúde mental nas escolas. Monitorar os resultados das políticas e programas é essencial para identificar pontos fortes e áreas de melhoria, por meio de dados precisos que possam orientar o aprimoramento das políticas públicas e garantir que elas estejam cumprindo seus objetivos.

Saviani (2012), considera a pedagogia histórico-crítica como uma abordagem que busca compreender a realidade educacional com base no desenvolvimento histórico objetivo. Destaca a “catarse” como a passagem do subjetivo para o momento ético-político na consciência dos indivíduos. A acolhida, a escuta e as experiências emocionais corretivas ocorrem no grupo de acordo como os indivíduos se relacionam, emergindo um ambiente seguro e honesto, as pessoas interagem em grupo do mesmo modo como interagem com as pessoas externas.

Transformando esse ambiente social em uma experiência laboratorial, onde as qualidades e fraquezas de cada membro são reveladas. O grupo é encorajado a desenvolver-se de modo livre, seguro, orientado pela interação, aceitação, independente do passado ou da realidade externa de cada participante.

Sugere ação conjunta de equipes multidisciplinares, incluindo artistas, psicólogos e conselheiros. Essas equipes podem usar uma variedade de técnicas terapêuticas, como drama terapia, teatro terapia, musicoterapia, entre outras, para promover o bem-estar e o desenvolvimento emocional. Ressalta a importância de enfrentar a situação atual confrontando a realidade do grupo, desfazendo mentiras e buscando a verdade. Martim-Baró enfatiza que a fonte curativa de qualquer método terapêutico reside em sua capacidade de romper com a cultura opressora

Destaca que a base da saúde mental de um povo está nas relações humanizadas e nos vínculos cotidianos. Enfatiza a importância da educação para a saúde mental, que ensina a socializar, associa desejos e necessidades com aspirações subjetivas e grupais, promove valores humanos e busca um futuro mais justo. Considera a terapia em grupo como parte do processo educativo, contribuindo para um ambiente escolar livre de violência. Salienta que o fortalecimento dos vínculos, a empatia e a solidariedade são essenciais para promover a paz, a emancipação e o enfrentamento da violência.

Por fim, retoma-se Martim-Baró (2017, p. 260) convoca para a seguinte pergunta: “O que devemos fazer como profissionais de Saúde Mental diante da situação atual que confronta nosso povo?” O autor sugere que primeiro deve-se buscar ou elaborar modelos adequados de enfrentamento; conhecer de perto a realidade do grupo; desfazer a mentira; mover para verdade sem muletas ideológicas cotidianas ou inércia profissional. Em última instância, a fonte curativa de qualquer método terapêutico reside em sua dose de ruptura com a cultura imperante e opressora.

A base da Saúde Mental de um povo, estaria nas relações humanizadas, nos vínculos cotidianos em que afirma a humanidade de casa, onde um reconhece a realidade do outro, a fim de reconstruir uma sociedade nova, mais justa. Sabendo que os problemas econômicos e políticos também são problemas de Saúde Mental, pois estes não se separam do social. Mais que isso, a urgência de uma educação para a Saúde Mental, em ensinar socializar, associando desejo e necessidade com aspirações subjetivas e grupais, com menos consumistas e voltados para um futuro melhor, onde os valores humanos devem ser respeitados (MARTIN-BARÓ, 2017).

Assim, considera-se a importância da terapia em grupo como parte do processo educativo, gerando um local de acolhimento, capaz de contribuir para um ambiente escolar livre de todas as formas de violência, proporcionando estudos e diálogos sobre o tema, realizar ações culturais, mobilizar a comunidade. Importa fortalecer os vínculos, favorecer a empatia e a solidariedade, pois a humanização, a busca pela paz e emancipação, ainda é a melhor abordagem e forma de se promover mecanismos de enfrentamento à violência, firmar laços sociais e redes de apoio. A integração de abordagens terapêuticas e pedagógicas pode desempenhar um papel significativo na realização desses objetivos.

Considerações finais

A promoção da saúde mental nas escolas é uma necessidade urgente no Brasil e no mundo. Para criar um ambiente educacional mais seguro, inclusivo e saudável, é essencial adotar políticas públicas eficazes que enfrentem as limitações existentes. A atuação da psicologia nas escolas, grupos terapêuticos, rodas de conversa e a conscientização sobre a importância da saúde mental são estratégias valiosas. É um processo contínuo que exige esforços de diversos setores, desde o governo até a comunidade escolar e as famílias.

A promoção da saúde mental é um investimento no bem-estar das gerações presentes e futuras, e é fundamental para garantir que os alunos tenham a oportunidade de desenvolver todo o seu potencial, tanto acadêmico quanto emocional. Em última análise, a promoção da saúde mental nas escolas é uma busca constante pelo equilíbrio entre o crescimento acadêmico e emocional, com o objetivo de criar cidadãos mais resilientes e saudáveis. A saúde mental dos jovens deve ser priorizada, e as políticas públicas desempenham um papel fundamental nesse processo.

Assim, acredita-se que a escola deve atuar como mecanismo de mudanças sociais, por meio de ações transformadoras da realidade social, e, através dos grupos, pode-se criar espaços de discussão e reflexão sobre temas inerentes aos conflitos sociais dos sujeitos em formação, lutos, perdas, adaptação à nova realidade, bem como sua relação com o mundo, família, amigos,

sexualidade, planejamento para o futuro, superação de dificuldades, mercado de trabalho, realidade social e cultural.

Referências

AMARANTE, Paulo.; TORRE, Eduardo Henrique Guimarães. **Medicalização e determinação social dos transtornos mentais**: a questão da indústria de medicamentos na produção de saber e políticas. In: Nogueira, Roberto Passos (Organizador). *Determinação Social da Saúde e Reforma Sanitária* (Rio de Janeiro: Cebes, 2010).

ARENDT, Hannah. (1958). **A condição humana**. (Trad. Roberto Raposo). Rio de Janeiro: Forense universitária, 1999.

BRASIL. **Constituição Federal Brasileira**. Brasília: D.O.U. 1989.

BRASIL. **Decreto Presidencial nº 7508**, 28 de junho, 2011, regulamenta a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, para dispor sobre a organização do Sistema Único de Saúde - SUS, o planejamento da saúde, a assistência à saúde e a articulação interfederativa, e dá outras providências. Brasília, D.O.U., 2018.

BRASIL. **Decreto n. 9.603**, regulamenta a Lei nº 13.431, de 4 de abril de 2017, que estabelece o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência. Brasília, D.O.U., 2018.

BRASIL. **Lei nº 13.935**, de 11 de dezembro de 2019. Dispõe sobre a prestação de serviços de psicologia e de serviço social nas redes públicas de educação básica. Brasília: D.O.U., 2019.

BRASIL. **Lei nº 8.069**, de 16 de julho de 1990. Estatuto da Criança e do Adolescente. Brasília: D.O.U. 1990.

BRASIL. **Lei 10.216** de 06 de abril de 2001. Dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental. Brasília, DOU, 2001.

BRASIL. **Lei nº 13.431** de 04 de abril de 2017. Estabelece o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência e altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente). Brasília: DOU, 2017.

BRASIL. **Medida Provisória nº 934**, de 1º de abril de 2020. Estabelece normas excepcionais sobre o ano letivo da educação básica e do ensino superior decorrentes das medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de que trata a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020. *Planalto*, Brasília, DOU, 2020.

- BRASIL. Ministério de Educação e Cultura. **LDBEN** - Lei nº 9394/96, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da Educação Nacional. Brasília: MEC, 1996.
- BRASIL. Ministério da Saúde. **Saúde Mental**. Cadernos de Atenção Básica, nº 34. Secretaria de Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. Brasília, Ministério da Saúde, 2013.
- BRASIL. **Parecer CNE/CP nº 11/2020**. Orientações Educacionais para a Realização de Aulas e Atividades Pedagógicas Presenciais e não Presenciais no Contexto da Pandemia. Brasília: MEC, 2020.
- BOURDIEU, Pierre. **A miséria do mundo**. São Paulo: Perspectiva. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001a.
- BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. (Tradução Fernando Tomaz). 4ª edição. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2001b.
- BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Tradução Maria Helena Kühner). 2ª edição. Rio de Janeiro: Bretrand Brasil, 2002.
- CARA, Daniel. **Relatório O extremismo de direita entre adolescentes e jovens no Brasil**: ataques às escolas e alternativas para a ação governamental. 2022.
- CENPEC. **Painel de Desigualdades Educacionais no Brasil** (Cenpec), que processa os dados do Censo Escolar do Inep, 2015-2021.
- CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Referências técnicas para atuação de psicólogos(os) na educação básica**. (Referências Técnicas para Atuação de Psicólogas(os) na Educação Básica ...) 2. ed. Brasília: CFP, 24 de setembro de 2019.
- CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Nota Técnica nº 8/2023**. A Psicologia na Prevenção e Enfrentamento à Violência nas Escolas (<https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2023/05/nota-tecnica-violencia-nas-escolas.pdf>)
- CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Revista Diálogos**. Psicologia e Educação Ano 15, no 11, Brasília 2019.
- CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Resolução CFP n. 23**, de 13 de outubro de 2022. Institui condições para concessão e registro de psicóloga e psicólogo especialistas; reconhece as especialidades da Psicologia e revoga as Resoluções CFP n. 13, de 14 de setembro de 2007; n. 3, de 5 de fevereiro de 2016; n. 18, de 5 de setembro de 2019. Brasília, 2022.
- CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Regulamentação da Lei 13.935/2019**.
- CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Código de Ética Profissional dos Psicólogos**, Resolução n.º 10/05, 2005.

CÓRTEZ, Paula y FIGUEROA, Rodrigo. **Manual ABCDE para la Aplicación de los Primeros Auxilios Psicológicos**: en crisis individuales y colectivas. Pontificia Universidad Católica de Chile y Centro Nacional de Investigación para la Gestión Integrada de Desastres Naturales, 2016.

FIOCRUZ. Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde (Icict/Fiocruz) Pesquisa da Fiocruz mapeia como a pandemia tem afetado a vida dos brasileiros. Laboratório de Informação em Saúde do Icict/Fiocruz. Rio de Janeiro, 21/05/2020. Disponível em: <https://www.icict.fiocruz.br/content/pesquisa-da-fiocruz-mapeia-como-pandemia-tem-afetado-vida-dos-brasileiros>

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 17ª ed. – Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1987.

GARBOIS, Júlia Arêas; SODRÉ, Francis; DALBELLO-ARAUJO, Maristela. **Da noção de determinação social à de determinantes sociais da saúde**. Saúde Debate. Rio De Janeiro, v. 41, n. 112, p. 63-76, Jan-Mar 2017.

GOIÂNIA. **Lei Municipal nº 9.073** de 19 de setembro de 2011. Dispõe sobre a inclusão de medidas de conscientização, prevenção e combate ao 'bullying' escolar no projeto pedagógico elaborado pelas escolas públicas de educação básica do Município de Goiânia, e dá outras providências. DOM. 2011
GOIÁS. **Lei nº 17.151** de 16 de setembro de 2010. Dispõe sobre a inclusão de medidas de conscientização, prevenção, diagnose e combate ao “bullying” escolar no projeto pedagógico elaborado pelas escolas públicas e privadas de Educação Básica do Estado de Goiás, e dá outras providências. Goiânia, DO, 2010.

INSTITUTO DE ESTUDOS PARA POLÍTICAS DE SAÚDE (IEPS). Instituto Cactus. **10 Ações para políticas de saúde mental nas escolas recomendações aos poderes executivo e legislativo no Brasil**. 2023.

LAHR. Talita Bueno Salati. **Territórios vulneráveis**: os problemas de convivência na escola e a rede de proteção. Dissertação de mestrado. Universidade Estadual Paulista (Unesp), 2022.

MARTIN-BARÓ, Ignácio. (1942-1989). **Crítica e libertação na psicologia**: estudos psicossociais (org. e trad. Fernando Lacerda Junior). Petrópolis, RJ, Vozes, 2017.

OLIVEIRA, Valéria Cristina de; DUTRA, Natália Marcelino e LUDGERO, Laura Figueiredo. **Temos projetos e temos polícia: a visão dos diretores sobre as estratégias de prevenção à violência em contexto escolar**. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos [online]. 2023, v. 104.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**, 1948. Disponível em: <<https://www.unicef.org/brazil/declaracao-universal-dos-direitos-humanos>>. Acesso em: 12 dez. 2020.

OMS. ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **Guia Considerações psicossociais e de saúde mental durante o surto de COVID-19**, 18 de março de 2020. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/documentos/consideraciones-psicosociales-salud-mental-durante-brote-covid-19>>Acesso em abril de 2023.

PAULA E SILVA, Joyce Mary Adam de e SALLES Leila Maria Ferreira. **A violência na escola: abordagens teóricas e propostas de prevenção**. Educar em Revista, n. spe2, p. 217–232, 2010.

SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações**. Campinas, SP: Autores Associados. 2012.

SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações**. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1991.

SILVA, V. M.; FONTOURA, J. R. de A.; SILVA, L.B. Paulo Freire e a Pedagogia do Oprimido: Educação Popular Como Forma De Libertação. **Direito, Desenvolvimento e Cidadania**. V. 1, Nº 1. pp. 116 – 126. 2022.

TOGNETTA, Luciene Regina Paulinho; LAHR, Talita Bueno Salati. Proteção e bem-estar na escola: um emaranhado de nós para desatar em contextos pós-pandêmicos. Centro de Educação - CE - Universidade Federal de Pernambuco - UFPE **Revista Tópicos Educacionais**, vol. 27, núm. 1, pp. 62-78, 2021.

UNICEF. **Enfrentamento da cultura do fracasso escolar no Brasil**. Reprovação, abandono e distorção idade-série. Janeiro, 2021. Reprovação, abandono e distorção idade-série, janeiro de 2021 (Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/media/12566/file/enfrentamento-da-cultura-do-fracasso-escolar.pdf>. Acesso em 23.Jul.2023).

UNICEF. **Cenário de exclusão escolar no Brasil**. Um alerta sobre os impactos da pandemia da Covid-19 na Educação. Centro de Estudos e Pesquisas em Educação e Ações Comunitárias – CENPEC, 2021 (Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/media/14026/file/cenario-da-exclusao-escolar-no-brasil.pdf>. Acesso em 23 de jul. 2023).

VINOGRADOV, S.; YALOM, I. D. **Psicoterapia de grupo: um manual prático**. Porto Alegre: Artmed. 1992.